COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.536, DE 2001

Cria o Conselho Nacional do Idoso.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado MENDES RIBEIRO
FILHO

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, intenta criar o Conselho Nacional do Idoso.

A Exposição de Motivos nº 69-A, de 9 de outubro de 2001, do Sr. Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, que acompanha a proposição em exame, esclarece que “(...) os *Conselhos e Fóruns têm sido uma instância democrática de gestão e controle social, que tem possibilitado uma maior visibilidade da Política Nacional do Idoso no âmbito dos Estados e Municípios (...)* No entanto, no âmbito federal, ressentem-se da criação de um órgão central diretivo, normativo e pluralista, composto por representantes não só do governo, como também da sociedade e das organizações não governamentais de defesa dos interesses dos idosos, com vistas a disciplinar esta Política Nacional do Idoso (...)”.

O projeto de lei em comento foi distribuído, inicialmente, à Comissão de Seguridade Social e Família, que, unanimemente, concluiu por sua aprovação, com emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar as proposições em tela quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, a teor do art. 54, I, do Regimento Interno.

A matéria está submetida ao regime prioritário de tramitação e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II, também do Regimento Interno.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Com relação aos aspectos de competência desta Comissão, verifica-se que o Projeto de Lei nº 5.536, de 2001, obedece às normas constitucionais relativas à autonomia da União para organizar e manter seus órgãos e seus serviços (art. 18, CF), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (CF, art. 48, IX) e à legitimidade da iniciativa privativa do Chefe do Executivo sobre a matéria (CF, art. 61, § 1º, II, “e”).

No entanto, não se pode afirmar o mesmo com relação às emendas aprovadas na Comissão de Seguridade Social e Família. Com efeito, a Emenda nº 01 pretende alterar os incisos I, IV, V, VII, X e XI do art. 3º do projeto original, ampliando as competências do Conselho Nacional do Idoso, o que é inconstitucional, por vulnerar o referido art. 61, § 1º, II, “e”, da Constituição Federal.

Já a Emenda nºs 02 intenta alterar o § 5º do art. 4º do projeto original, no sentido de dar nova destinação aos recursos da União às despesas de estadia e transporte de representantes não governamentais que residam em local diverso das reuniões do Conselho Nacional do Idoso, implicando aumento de despesa, o que é também inconstitucional, por violar o art. 63, I, da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, o conteúdo das proposições em apreço não discrepa da ordem jurídica vigente, nomeadamente da Lei nº 8.842, de 1994, que trata da Política Nacional do Idoso.

Finalmente, a técnica legislativa e a redação empregadas ajustam-se às prescrições da Lei Complementar nº 98, de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Ante o exposto, assim manifestamos nosso voto:

a) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.536, de 2001;

b) pela inconstitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas nºs 01 e 02 aprovadas pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, em 07 de fevereiro de 2008.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Relator